

Ponto de Encontro: Sessão de 2006.05.24
Área temática: CONSTRUÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS
Tema: Património Cultural a Favor do Desenvolvimento Sustentável
Oradora: Leonor Figueira, assessora principal do IPPAR – Instituto Português o Património Arquitectónico
Mediadora: Livia Tirone, Administradora-Delegada da Lisboa E-Nova

Desenvolveu-se o diálogo sobre:

- O património cultural deve ser encarado como um conjunto que abrange o centro histórico e a sua envolvente.
- O sistema português de classificação de zonas de protecção não tem a ver com a paisagem urbana ou com a arquitectura do lugar.
- Há, pois, que desenvolver uma maior ligação entre o todo, prestando uma atenção especial ao espaço público.
- Há uma certa ignorância em relação ao que é espaço público e para se ter um exemplo basta ver onde as pessoas mais frequentemente se encontram: os shoppings.
- A intervenção deve visar a mobilidade e a habitabilidade, sem comprometer os valores do edificado.
- Ao mesmo tempo que se fala na importância da recuperação do património, constroem-se silos automóveis no coração de zonas históricas.
- Muitas zonas podem não ser referências históricas, mas são representativas de uma identidade local ou nacional.
- Há diplomas que favorecem a recuperação do património como solução para o combate a áreas degradadas, como fábricas desocupadas, sem uma preocupação com a envolvente.
- A recuperação de um edifício antigo é trabalhosa e cara e exige a intervenção de profissionais especializados (“verdadeiros artistas”).
- Apesar do crescente interesse do mercado na reocupação da Baixa Pombalina, o custo de recuperação dos edifícios ainda é considerado “um tiro no pé”.
- A candidatura a Património da Mundial pode aclarar as regras e permitir ao promotor imobiliário fazer cálculos de investimento fiáveis, o que neste momento não acontece.
- Calcula-se que neste momento haja cerca de 5.000 ocupantes da Baixa e que este número possa aumentar para 15.000 (30% em habitação, 45% em serviços e 15% comercial; nos serviços destaque-se o turismo).

Recomendações, sugestões e desafios:

- Prioridade à singularidade arquitectónica, vantagens económicas e energéticas e criação de emprego.

- A recuperação de edifícios antigos pode ser mais do que reabilitar, mas criar novas contribuições para a valorização do conjunto.
- Melhoria da localização privilegiada e vantagens para a acessibilidade que reuzam o uso de transportes.
- A reocupação pode poupar energia, evitando-se a demolição e beneficiando-se do facto de já existir o edificado.
- O uso de energias alternativas – como a energia solar – pode ser um aliciante, desde que plenamente adaptado à vertente histórica do local.
- Se em lugar da simples recuperação do edificado se optar por intervenções em áreas mais vasta, podem conseguirem-se ganhos económicos de vulto.
- A reocupação da Baixa Pombalina exige a instalação de meios de acesso a novas tecnologias da informação, indispensáveis nos nossos tempos.